



CRECHE, ASSISTÊNCIA E INFÂNCIA: A EDUCAÇÃO INFANTIL EM FRANCISCO BELTRÃO/PR NA DÉCADA DE 1980.

Caroline Machado Cortelini Conceição – UNIOESTE/UNISINOS

Beatriz Terezinha Daudt Fischer - UNISINOS

Resumo: O presente texto situa-se no campo de investigações da Educação Infantil, objetivando contribuir para a análise da infância na modernidade, a partir de uma perspectiva histórica, conhecendo a realidade do atendimento à criança pequena em município do interior do Brasil. Problematizar tais elementos torna-se tarefa de extrema pertinência, considerando o amplo campo de investigação a empreender nessa área. Com o objetivo de ampliar o conhecimento em torno das instituições de atendimento à pequena infância, a pesquisa tem como foco o processo de criação de creches municipais em um contexto do sudoeste do Paraná, na década de 1980. Para tal, vale-se de procedimentos metodológicos fundamentados na história oral e na consulta a documentos (jornais e outros impressos).

Palavras-chave: educação infantil; infância; história da educação; creches.

Introdução

A educação da criança pequena coloca-se como um novo objeto das Ciências Humanas e Sociais, autores como Rocha¹ (1999, 2001) e Vanti (2004) acentuam a configuração de uma Pedagogia da Educação Infantil ou Pedagogia da Infância, como um campo científico voltado à educação dos pequenos. A atual conformação da educação infantil, como primeira etapa da educação básica e destinada às crianças de 0 a 5 anos, ainda é uma etapa recente, e vem gradativamente alterando os modos de fazer e pensar a educação das crianças.

Diante disso, conhecer a realidade do atendimento à criança pequena em diferentes contextos e problematizar tais elementos faz-se de extrema pertinência. Afinal, ainda há muito que conhecer e refletir sobre a realidade dessa etapa educacional, há diversas questões a serem

¹ A autora em sua tese de doutorado intitulada “A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia” (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999) identifica o nascimento de uma Pedagogia da Educação Infantil, a partir da análise da produção científica sobre a educação da criança pequena.

pensadas no âmbito da educação infantil, no que concerne à formação dos professores, ao currículo, à relação educação e cuidado, dentre outros.

Kuhlmann Jr (2004, p.13) afirma que “o estudo do passado pode [...] suscitar reflexões que sirvam para aqueles que trabalham com a infância e a sua educação nos dias de hoje, contribuindo para sua formação e aprimoramento profissional”. Compartilhando dessa compreensão empreendemos uma investigação que tem como objeto a história da educação infantil e como lócus de pesquisa Francisco Beltrão/PR. Seu propósito é ampliar o conhecimento em torno do cotidiano dessas instituições.

O foco deste estudo centra-se na história de creches, analisando alguns elementos do processo de implantação das primeiras creches em Francisco Beltrão/PR que ocorre na década de 1980. Interessa-nos compreender as especificidades dessa realidade, com o intuito de entender sob que condições o processo de institucionalização da infância ocorreu, bem como a compreensão de infância e educação infantil que perpassa aquele contexto.

Nessa perspectiva, a proposta insere-se num movimento do campo de estudos sobre a infância que busca contribuir para a análise da infância na modernidade a partir de uma perspectiva histórica, tal como propõem diversos autores que investigam a história da infância e da educação infantil (KUHLMANN, 2004; MULLER, 2007; VANTI, 2004; LOPES ET AL, 2007; GOUVÊA; JINZENJI, 2006; ROCHA; GOUVÊA, 2010, dentre outros).

Concordando com Stephanou e Bastos (2005, p.15), afirmamos que a história da educação “pode contribuir para incitar nossos exercícios de pensamento, nossas opções, tomadas de decisão sobre os agoras da educação de nosso tempo”. Para tanto, a história cultural configura-se como nossa base teórico-metodológica por entendermos que pode contribuir com esse movimento de olhar o passado e pensar o presente da educação. De acordo com Pesavento (2008), nesse movimento o historiador acessa o tempo passado através de registros e sinais do passado, que são representações do acontecido e que, através de seu olhar, constituem-se em fontes ou documentos para a pesquisa, fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta para ser desvelada. Com esses recursos o pesquisador produz uma narrativa que constitui sua leitura do passado.

É, portanto, essa leitura do passado que estamos nos propondo a realizar a partir de fontes orais e documentais consultadas até o presente momento. Foram realizadas entrevistas com a atual Secretária de Assistência Social, Sr^a. Lourdes, que esteve na coordenação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI, nos períodos de 1977 a 1983 e, mais tarde, de 1993 a 1996, na condição de “Primeira Dama”. Em 2001, assumiu como secretária da Assistência Social, estando a frente dessa secretaria até os dias atuais. Realizou-

se também entrevista com a monitora de creche, Sr^a. Noeli, que foi uma das primeiras profissionais das creches municipais, atuando como monitora até a sua aposentadoria, no período de 1983 a 2009.

No texto que segue, após desdobrar considerações sobre o campo de estudos da história da infância e da educação infantil, caracterizamos e discutimos o processo de criação das creches municipais no contexto de estudo desta investigação que está em seus contornos iniciais.

Entrelaçando reflexões sobre história, infância e educação infantil

Em linhas gerais, desde o século XX cresce o esforço em conhecer a criança em vários campos, nesse sentido, estudos de Ariès (1981), Del Priori (2006), Vanti (2004), dentre outros, possibilitam a compreensão de que a infância é construção histórica, portanto, os modos de ser criança e viver a infância são variáveis de acordo com as práticas sociais estabelecidas em cada contexto. Sarmiento (2007) destaca que há uma invisibilidade em relação à infância na sociedade. Portanto, ainda é necessária a ampliação desse campo de estudos a fim de conhecermos a infância e seus modos de vida na sociedade.

Atualmente outros olhares são agregados às pesquisas no que concerne à pequena infância, conforme assinala Faria (2005), sendo mobilizadas diversas áreas como a história, sociologia, a antropologia, psicologia, pedagogia, demografia, dentre outras. Com isso, tem-se uma considerável gama de conhecimentos sobre a condição infantil, sobre as especificidades da educação da criança pequena. Essas pesquisas têm servido de base para a transformação nos conceitos de infância e criança.

Em levantamento realizado por Rizzini (apud ROCHA e GOUVÊA, 2010) é destacado que a produção historiográfica sobre a infância vem experimentando, nos últimos anos, significativa ampliação, expressa no aumento do número de títulos e de pesquisadores na área. No Brasil, especialmente em relação aos estudos no campo da história da infância, vê-se um salto a partir da década de 90, demonstrando que esse ainda é um campo de investigações bastante recente, conforme dados apontados pelo “Levantamento bibliográfico: história da infância no Brasil”, elaborado pelo GEHPAI² (RAMOS et al, 2002).

Portanto, é possível afiançar que as produções sobre história da infância quer no âmbito da história, quer no da história da educação tem se ampliado nos últimos anos. Essas

² Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância, IP-USP.

investigações, conforme assinalam Gouvêa e Jinzenji (2006, p.114) “têm possibilitado conferir visibilidade e legibilidade aos processos sociais de formação das diferentes infâncias brasileiras, nos diversos espaços educativos e momentos históricos”.

Corroborando com tal análise Kuhlmann (2004) acentua que as pesquisas sobre a história da educação infantil no Brasil estão surgindo aos poucos e ampliando o universo das análises. No entanto, o autor acrescenta que mesmo diante desse novo panorama a educação infantil ainda é desvalorizada nas pesquisas educacionais, e mais ainda sua história.

Há uma complexidade de fatores intervenientes na história da infância e da educação infantil, o que implica em compreendê-las como parte integrante da produção da história. Nessa perspectiva, compreender a história da infância e da educação infantil implica compreender as relações entre pensamento pedagógico, história das instituições e as políticas de assistência (KUHLMANN, 2004).

A história tem permitido visualizar, conforme pontua Faria (2005), que as instituições de educação infantil têm origens distintas da escola obrigatória. Tais instituições surgem como substitutas “das relações domésticas maternas”, no entanto, educar e cuidar são, indissociavelmente, os propósitos da educação infantil de maneira a enfatizar as especificidades dessa etapa em relação ao ensino escolar. Portanto, a educação infantil merece estudos específicos que permitam melhor compreendê-la.

As creches fizeram parte de um conjunto de instituições modelares de “uma sociedade civilizada” propagada pelos países europeus centrais na passagem do século XIX para o século XX, no final do século XX, no Brasil, é retomada, nas décadas de 1970 e 1980, a educação da criança pequena como uma forma de compensar as carências ocasionadas pela pobreza e vista como um importante elemento para o desenvolvimento do país.

Kuhlmann (2005) destaca que as instituições de Educação Infantil no Brasil, são efetivamente implantadas no século XX, pois no século XIX ocorreram de modo isolado a criação das primeiras instituições de atendimento à infância, jardins de infância e creches. Até 1970 ocorreu um lento processo de expansão dessas instituições e apenas no final do século houve um movimento de expansão da Educação Infantil. Esse processo caracterizou-se por manter por longo tempo o atendimento voltado à criança de 4 a 6 anos vinculado aos sistemas de educação e o atendimento voltado à criança de 0 a 3 vinculado aos órgãos de saúde e assistência (KRAMER, 2003; KUHLMANN, 2005).

A criação das creches em Francisco Beltrão ocorre justamente no período do auge da expansão da Educação Infantil no Brasil, através das políticas compensatórias implementadas pelo Estado.

As primeiras iniciativas de criação de instituições de atendimento à primeira infância - faixa etária de 0 a 3 anos - em Francisco Beltrão, serão realizadas somente a partir da década de 1980 com a criação das creches, sob a responsabilidade do setor público. Essas foram efetuadas pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI³. Iniciativas anteriores, voltadas às crianças maiores (4 a 6 anos), estiveram vinculadas à entidade não-governamental, o Instituto Nossa Senhora da Glória, que em 1954 fundou o primeiro jardim de infância e no setor público as pré-escolas, a partir do final da década de 60, pela rede municipal (FRANCISCO BELTRÃO, 2007).

A primeira creche foi criada no período entre 1980 e 1982 e até o final de 1983 haviam sido criadas cinco creches, distribuídas em cinco bairros da cidade, Miniguaçu, Entre Rios, Cango, Industrial e São Miguel.

A criação das creches ocorreu em um período que demarcou no município uma mudança de governo, assumiu outro partido em substituição àquele que estava a dezesseis anos na administração municipal. Essa nova administração é realizada por alguém que vem de outra região do estado, a região norte, destacada por seu desenvolvimento urbano.

Sr.^a Lourdes, Secretaria de Assistência Social, na época Primeira Dama e presidente da APMI, destaca a mudança política provocada pela eleição de seu marido. A partir da reestruturação dos Clubes de Mães, nos bairros, assevera que a equipe da APMI passou a perceber a necessidade de instituições para o atendimento à infância,

[...] estruturamos os Clubes de Mães, colocamos em outras comunidades que tinham anseio, e nesse trabalho, mesmo, a gente começou a ver a dificuldade das mães, precisavam trabalhar, não tinham com quem deixar seus filhos, e nos próprios cursos que elas vinham a gente tinha uma sala com bercinho, colchão no chão e tal, pra elas trazerem as crianças e poder estar participando (Lourdes, 2010).

Nesse contexto, a primeira creche foi implantada junto ao Centro Social Urbano⁴, recém criado pela APMI. Atualmente, denominada Centro Municipal de Educação Infantil Nice Braga⁵, devido às dificuldades que enfrentava em seu funcionamento, no Centro Social Urbano, dividindo seu espaço com o atendimento a adolescentes e adultos, desmembrou-se do

³ A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância é atualmente uma organização vinculada à Secretaria da Assistência Social. As APMIs foram disseminadas no Brasil na segunda metade do século XX contando com o apoio técnico e financeiro da LBA (Legião Brasileira de Assistência) com ações voltadas à proteção à criança e à mãe.

⁴ Projeto de âmbito nacional que tinha como finalidade promover a integração social das populações circunvizinhas aos equipamentos e por meio de seu envolvimento em atividades comunitárias, nas áreas de educação e cultura, saúde e nutrição, desporto, trabalho, previdência e assistência social, recreação e lazer, propiciou-se o início de atendimento materno infantil em creches, bem como de adolescentes com a criação da Guarda Mirim (CMEI NICE BRAGA, 2008).

⁵ Criado e instalado em 1994 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 451 de 15 de Setembro de 1995 (CMEI NICE BRAGA, 2008).

mesmo a partir de 1990, passando a funcionar em sede própria no mesmo bairro (CMEI NICE BRAGA, 2008).

Sr^a. Lourdes contextualiza esse processo:

Com uma colega de trabalho - como nós viemos daquela região do Norte, Londrina, Maringá, a gente conhecia o trabalho que lá existia, e eu sabia que lá havia as creches que funcionavam muito bem - fizemos uma visita, conhecemos, para ver estrutura, andamento, como era, e voltamos bem entusiasmadas. Fomos à Curitiba com o pessoal da LBA, através da LBA tínhamos recurso para poder fazer esse trabalho e tivemos um apoio muito grande. Assim, nós iniciamos a primeira creche, foi a Nice Braga, foi a primeira que iniciamos aqui em Francisco Beltrão. Ela funcionava no Centro Social Urbano, nós ampliamos ele e colocamos a creche junto, iniciamos com 11 crianças e no próximo mês nós já tínhamos 30 crianças (Lourdes, 2010).

E Sr^a. Noeli, uma das primeiras monitoras das creches municipais, relata aspectos interessantes de como foram organizadas as primeiras creches. Ela relata que foi convidada, pelo prefeito da cidade na ocasião, de quem era funcionária em seu estabelecimento comercial, a participar da reunião no pavilhão da Igreja do Bairro São Miguel que daria início às atividades da creche naquele bairro.

Quando eu cheguei lá tinha um pessoal reunido lá no pavilhão e falaram assim: está sabendo o que vai acontecer aqui? Nem sei porque eu tô aqui, me mandaram participar e eu vim, o patrão mandou. Elas falaram: pois vai abrir uma creche aqui, então talvez a senhora venha aqui trabalhar com nós. Então a pessoa que estava encarregada para fazer a colocação dos funcionários no trabalho, disse que precisava de uma para a lavanderia, outra para a limpeza, outra para ser a cozinheira, outra pegava a turma dos grandes, e tinha o berço. Então quando me perguntaram qual a atividade que eu gostaria eu falei que eu vi que ia ter um berçário, e até agora ninguém falou que quer cuidar do berçário, então eu fico com o berçário. E assim a gente logo iniciou, trabalhando assim, desta forma, eu fiquei no berçário, como auxiliar de creche⁶ (Noeli, 2010).

As primeiras creches foram bem aceitas pela população pobre e pelas mulheres trabalhadoras, e ao mesmo tempo foi vista por alguns como uma interferência do governo municipal na vida familiar da população. Sobre essa questão destacamos:

[...] tivemos até comentários da própria Igreja de que agora o município é que queria cuidar das crianças, estava tirando essa função das mães, que as mães não eram mais para cuidar de seus filhos, educar, agora o município também iria fazer isso. Mas a gente não deu muita atenção para isso, pois era uma ansiedade das mães que necessitavam e precisavam trabalhar para melhorar sua vida, e a renda da família (Lourdes, 2010).

A implantação das creches no município deu-se com recursos da LBA, que no período possuía um programa federal de assistência à infância.

A Legião Brasileira de Assistência – LBA foi criada em 1942 com a finalidade de prestar serviços de assistência social tendo em vista proteger a maternidade e a infância com

⁶ Sua formação escolar era ensino fundamental e possuía experiência anterior com cuidados de crianças, mantinha em casa, sob seus cuidados, crianças da vizinhança onde residia.

ênfase na família dos convocados para a II Guerra Mundial. A partir de 1946 ela volta-se exclusivamente à maternidade e à infância, constituindo-se em órgão de consulta do Estado. A instituição passa a efetuar suas ações através dos centros de proteção à criança e à mãe, estes centros eram as APMI, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, que passam a ser difundidos por todo Brasil (KRAMER, 2003).

Campos et all (1995) destacam sua vocação para abranger todo o território nacional, sendo considerada a primeira instituição de assistência social de âmbito nacional. As autoras apontam que: “A partir de 1977 passa a atuar de forma sistemática na área da creche – com a criação do Projeto Casulo” (CAMPOS et all, 1995, p. 31). O Projeto Casulo expande-se intensamente a partir de 1981, tornando-se o principal projeto da LBA.

O Projeto de Creches da instituição caracterizava-se por ser um programa de âmbito nacional; atuação através de convênios, repassando verbas para as prefeituras ou instituições privadas; atendimento à população de baixa renda; jornada diária de atendimento de 4 ou 8 horas; creches instaladas em equipamentos simples, com aproveitamento de espaços ociosos da comunidade e, concepção preventiva e compensatória de atendimento infantil (CAMPOS et all, 1995).

Em uma fala de Sr^a. Lourdes percebemos a expressão dessa política da LBA:

“Tudo isso com a LBA junto conosco, era uma equipe muito boa, e eles não se importavam, o tanto que você tivesse um espaço adequado, não precisava ser prédios, desde que você pudesse estar fazendo essa proteção. Eles não exigiam, e nós na época fomos vendo a necessidade nos bairros” (Lourdes, 2010).

Ela ilustra essa questão ao referir-se ao processo de criação das creches:

Na creche do São Miguel⁷ da mesma forma, nós iniciamos no salão paroquial essa creche, dividimos, fizemos um espaço e começamos, e logo mais essa do São Miguel eles precisaram do espaço, a Igreja Católica que nos cedeu o espaço, então nós passamos para uma Igreja Adventista e logo depois foi construída a creche. Essa é a história do bairro São Miguel (Lourdes, 2010).

Na Proposta Pedagógica dessa instituição localizamos alguns dados interessantes sobre o processo de sua criação:

O Centro Municipal de Educação Infantil Carrossel entrou em funcionamento em novembro de 1983, sendo uma das mais antigas creches do município, uma conquista da comunidade junto à administração municipal. Sua oficialização ocorreu somente em 19 de abril de 1994, sob o Decreto nº 175/94.

⁷ Atualmente denominada Centro Municipal de Educação Infantil Carrossel – Creche e Pré-Escola, por meio da Resolução nº 3.758/96 da Secretaria de Estado da Educação (CMEI CARROSSEL, 2008).

Não possuindo estabelecimento próprio, instalou-se no Centro Comunitário da Capela São Sebastião de Bairro São Miguel, atendendo inicialmente 50 (cinquenta) crianças carentes, caracterizando-se apenas como assistencialista.

Em 1985 a Instituição entrou em funcionamento em seu prédio próprio, onde atualmente encontra-se localizada (CMEI CARROSSEL, 2008).

Sobre a estrutura física destacamos a descrição de Sr^a. Noeli sobre o espaço físico:

Não tinha sala, era um salão, um pavilhão, um salão de baile. A gente iniciou ali, seria com três turmas, mas que resumia em duas porque não tinha, na época professor, monitor, monitor só tinha poucos e aí ficou a turma dos grandes, que a gente falava, e o berçário, e eu comecei no berçário (Noeli, 2010).

Também é interessante destacar sua fala sobre a rotina de funcionamento da creche, que tinha como enfoque principal a assistência às crianças pobres:

Quando eu iniciei eram umas 6 crianças e naquela época a gente não ficava muito na parte pedagógica como hoje, a preocupação não era essa. Naquela época a gente cuidava muito das crianças, era muito voltado, no sentido delas chegarem muito sujinhas na creche, eram crianças muito pobres, de condições muito precária na época, onde a gente atendia crianças que morava na favela, a maioria, ali no bairro tinha favela, que moravam debaixo da ponte do Rio Marrecas. Então a gente pegava pela manhã aquelas crianças que a parte da higiene a gente tinha que fazer tudo. Ali entrava o banho, cortar a unha, passar veneno para matar o piolho, tinham bicho de pé [...].E a gente fazia tudo, alimentava, dava banho, arrumava bonitinha e a tardinha a gente entregava e logo pela manhã no dia seguinte voltava novamente e tinha que fazer tudo de novo. Então a gente se preocupava muito com esse lado, em alimentar, a alimentação e a higiene era praticamente tudo com nós. Tinha criança que fazia a última refeição ali com nós e as vezes só ia fazer outra refeição no dia seguinte (Noeli, 2010).

Ainda na década de 1990 foram criadas mais cinco creches, com os recursos da LBA. Nesse período as creches do município atendiam em torno de 800 crianças. No período a comunidade de outros bairros realizou abaixo-assinados justificando a necessidade de serem implantadas creches naqueles locais.

Assim como para a estrutura física não havia necessidade de muitos recursos para os recursos humanos a situação era a mesma, as primeiras profissionais não possuíam formação específica para atuar na educação infantil conforme o seguinte destaque:

Uma coisa interessante sobre as creches que é bom que se coloque e deu para você perceber, que havia necessidade das creches e a gente também tinha pessoas que tinha necessidade de um trabalho, a gente percebia que ela estava, assim, pronta pra trabalhar com criança. Nós não tínhamos, como hoje, pessoas com formação, as primeiras profissionais elas tinham o primeiro grau, iniciando um segundo grau, não havia aquela exigência (Lourdes, 2010)

Desde o início das primeiras creches havia orientação e atividades de capacitação das profissionais e havia uma equipe pedagógica vinculada à APMI responsável pelas creches. Destacamos algumas falas de Sr^a. Noeli em que trata sobre as orientações recebidas:

Já existia a formação, logo, não demorou muito já foram aplicando cursos, palestras, encontros com pessoas, até mesmo com pediatras, a gente teve pediatra que aplicava palestra para a gente saber como tratar a criança, até um chazinho caseiro que estava dentro daquilo que a gente podia fazer na creche (Noeli, 2010).

E o que ela [coordenadora pedagógica da APMI] orientava muito nós, é que sempre tratasse as crianças com muito carinho, que essas crianças deveriam ser bem tratadas, receber na creche aquilo que muitas vezes em casa elas não tinham. Isso ela sempre falou, sempre orientou nós, nunca maltratar uma criança, nunca diminuir uma criança, agradar mais um, por exemplo, ter prioridade mais por um, menos por outro. Porque ali eles têm igualdade, e ela orientava muito nesse sentido. E sempre as crianças estar bem alimentadas, os pequenos bem trocadinhos, a parte de higiene sempre bem feita e o carinho, a gente nunca deixar de dar carinho (Noeli, 2010)

Então apesar da gente não ter aquela formação, como hoje existe, mas a gente sempre tinha a brincadeira, brinquedos diversos pra eles, não tinha aqueles brinquedos chique, mas tinha a sucata que a gente brincava. Sempre assim brincando, ensinando eles, porque diz que a criança também aprende brincando não é? E ainda hoje apesar das mudanças eles aprendem brincando (Noeli, 2010).

Na década de 1990 iniciou um programa de capacitação das profissionais, de forma mais sistemática. Através de cursos de aperfeiçoamento profissional e seguido da exigência de qualificação por parte da gestão municipal visando atender às exigências legais da legislação federal formação acadêmica, ao que Pasqualotto (2008) destaca que ocorreu através de Curso Normal, Normal Superior e Pedagogia, realizados prioritariamente à distância, ofertados por diversas instituições privadas.

Na década de 1990 também iniciou o processo de implantação das pré-escolas nas creches, esse processo ocorreu de forma conjunta com a Secretaria Municipal de Educação - SMEC, e vários profissionais para essas turmas foram cedidos por essa secretaria. Lourdes destaca que sempre houve trabalho conjunto com a SMEC: “[...] tudo isso em parceria com a Secretaria de Educação, a gente sempre trabalhou muito junto, desde o início, até porque alguns profissionais eram cedidos [...]” (Lourdes, 2010).

O processo de transferência das creches para a SMEC ocorreu somente em torno de 2005. Um dos motivos para esse processo tardio, tendo em vista que desde a aprovação da LDB em 1996 essas instituições passam a ser de responsabilidade das Secretarias de Educação, foi a possibilidade de continuar utilizando os recursos da Assistência Social para a manutenção dessas instituições. Sobre esse processo destacamos:

[...] 2004 ou 2005 não tenho bem certeza, a gente começou essa negociação com a Secretaria de Educação, porque a gente via que a linha era essa, a gente já vinha se preparando e naquela ânsia da gente não perder o recurso que vinha do governo federal, e tinha essa dúvida porque em termos de governo federal eles brigavam lá em cima, eles não definiam se esse recurso se perdia, se ele ia para a assistência social, se ele ia para a educação, o que se fazia, então houve um cuidado muito grande nessa tramitação para que não se perdesse nada, porque já era pouco, e se você perdesse então ficava, porque o maior recurso para a manutenção dessas creches na verdade é o município. Então quando a gente soube que o governo federal definiu e que esse recurso continuaria vindo para a assistência social, para

que a gente pudesse trabalhar com as famílias, então foi o momento que a gente viu, [...] Então foi o que aconteceu, foi pra Educação, não vou dizer para você que foi fácil, pois uma coisa que você acompanhou por muitos anos, era como se eu tivesse entregando um filho (Lourdes, 2010).

Esse momento demarca algumas mudanças no contexto das instituições de educação infantil, contudo, diversas são as permanências, afinal, a passagem das instituições de atendimento à criança pequena para o sistema educacional não é suficiente para superar concepções já impregnadas de infância, de rotina, de educação aí presentes. Afinal, atualmente ainda deparamos os embates entre assistência, cuidado e educação e o que isso efetivamente representa no contexto da educação infantil.

Considerações finais

Ao fazermos esta leitura envolvendo o contexto de criação das primeiras creches em Francisco Beltrão/PR, destacam-se dois fatores políticos que se colocam como diferenciais naquele contexto histórico: um fator de âmbito nacional, o programa da Legião Brasileira de Assistência/LBA, com especial foco na assistência à infância; e no âmbito municipal a eleição de um prefeito de “oposição”. A estes podemos aliar outro, o demográfico, uma vez que no período em foco a cidade teve um crescimento populacional em torno de 33% (década de 1980 em relação à década de 1970) e a população urbana cresceu mais de 100% no mesmo período⁸. Estes foram alguns dos fatores que de algum modo tiveram influência nesse processo de criação das primeiras creches.

No Brasil, em geral, o assistencialismo desempenhou significativo papel na história da educação infantil, especialmente no que diz respeito às creches. Kuhlmann (2004) defende que o assistencialismo configurou-se como uma proposta educacional específica para o setor social pobre, voltado para a submissão das famílias e das crianças de contextos populares, em que a guarda era vista como um elemento ativo na educação dessas crianças. O autor defende que não se pode atribuir à história da educação infantil uma evolução linear, que passou pelo médico-higienismo, pela assistência, até chegar à fase educacional. Ao contrário sempre esteve presente uma concepção educacional, ora de cunho médico-higienista, ora assistencial. Os dados acima efetivamente corroboram para a ratificação desse argumento.

⁸ Tendo como fonte de dados o IBGE, em 1970 a população total de Francisco Beltrão é de 36.807 habitantes e a população urbana é de 13.470. Em 1980 a população total é de 48.765 habitantes e a população urbana é de 28.307 habitantes. Dados obtidos através do site: <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/urbanismo/aspectos/>. Acesso em: 06/06/2011.

As concepções assistencialista e compensatória deixaram suas marcas na realidade das creches. A educação assistencial, caracterizada pela baixa qualidade no seu atendimento, que tem sido a marca da educação destinada aos pobres. E possivelmente a política compensatória foi responsável por impulsionar no contexto de Francisco Beltrão a criação das primeiras creches, ou seja, colocou a necessidade de pensar alternativas para a infância pobre da cidade.

O embate entre assistência e educação, presente no âmbito da educação infantil, foi uma preocupação desde a criação das creches, acirrando-se mais recentemente, a partir do momento em que se processa uma recharacterização das instituições de educação infantil em âmbito nacional, quando passam a ser vistas como instituições apropriadas a crianças de todas as condições financeiras, sendo incluídas no sistema de ensino. Diante desse panorama uma questão que permanece – demandando mais debates e implicações políticas – pode assim ser resumida: quais as especificidades da educação para a criança pequena em instituições de educação infantil?

Diante do até aqui exposto podemos concluir com Kuhlmann (2004, p. 194) quando afirma que “A interpretação da história deixa de ser uma linha evolutiva: se há um passado sombrio, o terreno é o da ambigüidade e não o da polaridade entre passado e presente”. Portanto, impossível fazer generalizações ou produzir conclusões ainda que provisórias. Há que continuar aprofundando a investigação, buscando olhar para o passado no intuito de identificar diferentes movimentos que foram se estabelecendo ao longo do tempo e as especificidades de cada contexto a ser analisado.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara. 2ª ed., 1981.
- CAMPOS, M.M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I.M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARROSSEL. **Proposta Pedagógica**. Francisco Beltrão, 2008.
- CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NICE BRAGA. **Proposta Pedagógica**. Francisco Beltrão, 2008.
- DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2006.
- FARIA, A. L. G. **Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica**. Revista Educação & Sociedade. Campinas. Vol 26, n.92, p. 1013 – 1038, out., 2005.
- FRANCISCO BELTRÃO. **Plano Municipal de Educação**. Francisco Beltrão: Prefeitura Municipal/SMECE, 2007

GOUVÊA, M. C. S.; JINZENJI, M. Y. **Escolarizar para moralizar**: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850) Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 31 jan./abr. 2006.

KRAMER S. **A política do pré-escolar no Brasil**: A arte do disfarce. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KULMANN, JR., M. **A educação infantil no século XX**. In: História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C. Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Infância e Educação no Brasil** – uma abordagem histórica. São Paulo: Saraiva, 2004.

LOPES, A.; FARIA FILHO, L. M.; FERNANDES, R. (orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. São Paulo: Autêntica, 2007.

MÜLLER, V. R. **História de crianças e infâncias**: registros, narrativas e vida privada. Petrópolis: Vozes, 2007.

PASQUALOTTO, L. **Formação dos profissionais da educação infantil**: um desafio para as políticas municipais. In: ORSO, P.o J., et. al (orgs). Educação e história regional: os desafios de sua reconstrução. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.

PESAVENTO, S. J. **história & história cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

QUINTEIRO, J. **Infância e Educação no Brasil**: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana L. G.; DEMARTINI, Zeila de B. F. e PRADO, Patrícia D. (orgs.). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisas com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

RAMOS, C. et al. Levantamento bibliográfico: história da infância no Brasil. (GEHPAI). Disponível em: http://www.abrapee.psc.br/documentos/Psicologo_Escolar/Levantamento_da_Hist%F3ria_da_Inf%E2ncia_no_Brasil.doc. Acesso em: 20/09/2010.

ROCHA, E. A. C. **A pedagogia e a educação infantil**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, ANPED, n 16, jan – abr, 2001.

_____. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

ROCHA, H. H. P.; GOUVÊA, M. C. S. **Infâncias na História**. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.26, n.01, p.187-194, abr. 2010.

SARMENTO, M. J. **Visibilidade social e estudo da infância**. In: VASCONCELLOS, V. M. R. SARMENTO, M. J. Infância (In)visível. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C. **História, memória e história da educação**. In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C. Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

VANTI, E. S. **Lições da infância**: reflexões sobre a História da Educação Infantil. Pelotas: Seiva Publicações, 2004.